



CORREIO DE PORTUGAL
PRIMEIRO DIA DE CIRCULAÇÃO

EMIÇÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO MARECHAL CARMONA

De compleição simples, sem excluir natural dignidade de atitudes, o Marechal António Oscar de Frago Carmona foi no conceito dos concidadãos e no verdadeiro sentir da consciência nacional, um dos mais destacados portugueses do seu tempo.

Descendente por sua mãe, D. Maria Inês de Melo Frago Corte Real, do grande navegador João Corte Real, descobridor da Terra Nova, entronca-se por seu pai, o General Inácio Morais Carmona, na família Machado Carmona que desde o século XV se faz notar em Barcelos e Guimarães, ao serviço da casa de Bragança. Nesta nobre família distinguem-se, especialmente, através dos tempos, o primeiro Morgado de Carmona e capitão-mor de milícias ao serviço de D. João IV. António Machado Carmona, que se bateu com rara bravura nas campanhas da Restauração, o Capitão-mor dos Dragões de Chaves António Machado Carmona de Azevedo, morto em combate em 10 de Julho de 1744, e o avô do Marechal, Brigadeiro de Cavalaria Leonel Machado Carmona, terceiro Senhor da Casa de Isey, que se cobriu de glória durante a guerra peninsular, tendo tomado parte nas batalhas de Albuera e de Vitória e na perseguição das tropas napoleónicas até aos Pirineus, em 1813.

Com tão glorioso património moral a defender, não pode surpreender ninguém que o antigo aluno n.º 24 do Real Colégio Militar, António Oscar de Frago Carmona, desde que ingressou, como alferes de cavalaria, no quadro de oficiais do Exército, em 28 de Agosto de 1894, até atingir o posto de General em 4 de Março de 1922, se tivesse totalmente entregado a uma carreira que considerava como nenhuma outra merecedora do apreço e do respeito da Nação, a que inteiramente se devota e a cuja defesa, numa dádiva total de forças e energias, como nenhuma outra se consagra.

Embora defensor do isolamento do Exército em relação à política partidária, que durante um século dividiu entre si os portugueses, não foi possível ao então General Oscar Carmona negar a sua colaboração num governo que constituía uma tentativa de reacção contra a corrupção política e contra a desagregação e indisciplina que começava a notar-se nas fileiras militares.

Nomeado Ministro da Guerra em 15 de Novembro de 1923, a experiência, não resultou. Uma sedição revolucionária, ao que parece inspirada pelo próprio Presidente da República, aliás por si prontamente julgada, e um desses golpes parlamentares tão frequentes na vida pública portuguesa do tempo, fizeram cair o Governo, a menos de um mês da sua nomeação.

Mas mesmo nesse curto espaço de tempo não deixou o Marechal Carmona de evidenciar forte personalidade e um espírito de decisão a que o País se tinha desabitado. O Exército onde, por essa época despontava já um ou outro anseio de redenção duma Pátria que, dia a dia, se dilacerava a si própria, não deixou de notar o facto e, na realidade, nunca mais o esqueceu.

2— Não foi o Marechal Oscar Carmona elemento activo na preparação do movimento militar que em 28 de Maio de 1926, acarinhado por toda a Nação, irrompeu na quase totalidade das guarnições militares do País. Afastado, como já vimos, das lutas políticas em que os agrupamentos partidários se debatiam, embora conhecedor como poucos das razões profundas dos males da Pátria — ele próprio, em discurso público, havia já solenemente afirmado que “a Pátria estava doente” — natural era que se mantivesse alheado de conciliabulos em que muitas vezes a disciplina sofre e nem sempre a linha recta de um procedimento austero perdura.

No entanto o General Carmona, ao tempo em serviço de Inspecção na guarnição militar de Elvas, convidado a colaborar na acção, logo às primeiras horas do movimento, imediatamente se dispôs a tomar dentro dele a sua quota parte de responsabilidade, assumindo o Comando da 4.ª Divisão do Exército em Évora, onde se situava o seu Quartel General. E bem pode afirmar-se que a adesão do General Carmona ditou para sempre a sorte do empreendimento patriótico que nele encontrou o chefe militar prestigioso, capaz de imprimir à acção a unidade e o conteúdo governativo que lhe faltavam.

Designado para o posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros e pouco depois investido na Gerência da pasta da Guerra, na Presidência do Ministério e na interinidade da Presidência da República, assegurando-se da colaboração de um notável grupo de patriotas entre os quais, para sômente referir os militares, os nomes de Sinel de Cordes, Passos e Sousa, João Belo, Carvalho Teixeira e Vicente de Freitas cintilam, conseguiu o Marechal Carmona, em regime de ditadura militar, realizar entre 1926 e 1928, uma obra administrativa de regeneração moral e política, de exaltação patriótica e de paz religiosa, sem par no nosso País há mais de um século.

O reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja, sobre o qual assentaria, em 1940, a concordata e o acordo missionário com a Santa Sé; a reorganização do Exército na qual se baseariam mais tarde as reformas militares de 1937; o financiamento da Marinha Mercante, ampliado e robustecido posteriormente pelas disposições do Despacho n.º 100, tornando possível o regresso de Portugal ao Mar, constituem instrumentos de Paz interior e de fortalecimento do potencial nacional que, só por si teriam justificado a intervenção do Exército na administração pública. Mas se a esta obra notável juntarmos a liquidação da dívida de guerra à Inglaterra, a restauração da desmantelada rede rodoviária, a promulgação das cartas orgânicas das Províncias Ultramarinas, o início da luta contra o analfabetismo e o desenvolvimento da instrução pública, o reforço do poder municipal, a melhoria das condições de vida das populações rurais, e o propósito de assegurar ao País uma situação de prestígio no concerto internacional, pela criação de Embaixadas em Londres, Madrid, e Rio de Janeiro, poderemos fazer mais exacta ideia do extraordinário alcance da obra de saneamento administrativo, de moralização política e de expansão nacional levada a cabo em menos de dois anos com um espírito de devoção à causa da Pátria que não pode deixar de apaixonar os portugueses.

3— A eleição por sufrágio directo para a Presidência da República, do Marechal Carmona e a sua investidura, no Palácio das Cortes, em 15 de Abril de 1928, confirmam na chefatura do Estado o homem de carácter firme e de fina sensibilidade que ao País, no cume da administração pública, vinha já prestando incomparáveis serviços e abre na vida política da Nação o segundo período da Revolução Nacional, que vai estender-se até à vigência, no ano de 1933, da nova Constituição.

Data também de Abril de 1928 a entrada para o Governo, na Gerência da pasta das Finanças, do Professor de Coimbra Doutor António de Oliveira Salazar, destinado a presidir à governação e à condução política do País durante quarenta anos e que se havia de revelar como um dos maiores estadistas portugueses que a história aponta e um dos maiores europeus do seu tempo.

E o período da regeneração financeira do Estado e da estruturação jurídica da revolução a que o Marechal preside e do seu alto cargo constantemente incita.

Durante ele é não só restaurado o equilíbrio orçamental, já perdido na lembrança dos portugueses, como são ainda constituídas as reservas financeiras que hão-de permitir robustecer o crédito da Nação, reapetrechar o Exército, a Marinha e a Aviação, lançar as bases de uma obra de fomento sem par na história Pátria, fazer face aos pesados encargos de defesa durante o período crítico da segunda guerra mundial, a partir do qual as pesadas nuvens que há muito se acastelavam no horizonte, ameaçando o património ultramarino dos portugueses, mais se adensam e mais provocadoras se mostram.

Simultaneamente é dotada a Nação de um conjunto de regras jurídicas que culminam na própria constituição política plebiscitada em 19 de Março de 1933 e que, fazendo cessar o regime de “ditadura benévola”, estabelecida no País após o movimento militar de Maio de 1926, havia de permitir aos portugueses prosperar, progredir e afirmar-se no mundo.

Em boa verdade, como proclamou o próprio Presidente Carmona em apelo directo ao País "a nova constituição estabeleceu inequivocamente os princípios de ordem moral social e política que haviam de constituir a base da prosperidade particular e pública e ser o terreno de leal entendimento entre todos os portugueses de boa vontade".

4—Procurando ciosamente assegurar o prestígio de Portugal no concerto das Nações, nunca o Presidente Carmona deixou de seguir com a mais desvelada atenção as directrizes da Política externa da Nação cujo rumo lhe competia, até por dever constitucional, definir. O fortalecimento da velha e tradicional aliança luso-britânica, o intercâmbio espiritual e económico com a Nação brasileira e a criação de condições indispensáveis a uma forte ligação política, económica e militar com a Espanha, constituíram para o Marechal constante preocupação de espírito.

No que respeita especialmente à vizinha Espanha, a sua visita oficial à Corte de Madrid, em Outubro de 1929, o constante apoio dado por Portugal à causa nacionalista durante a Guerra de libertação e, posteriormente, as conversações de Lisboa e de Sevilha, em 1939 e 1940, que culminaram na assinatura do Pacto Ibérico, a que o próprio Marechal ligou o seu nome, constituíram os fortes alicerces de uma política de amizade peninsular que permitiu a Portugal definir no mundo uma posição de inteira liberdade e independência sem as quais não teria sido possível ao País assumir a atitude de intransigente defesa dos seus interesses africanos que hoje são traço essencial da sua orientação no mundo.

Perfeitamente integrado, aliás, no sentimento histórico de grandeza que domina a alma portuguesa, não descurou o Presidente Carmona o problema da unidade moral desta Nação "pelas diversas partes do mundo repartida", no seu sentido imperial, católico, universal.

A sua presença prestigiosa e a sua palavra autorizada nunca faltaram em qualquer parte em que foi necessário prevenir uma dúvida ou acautelar um perigo, e as viagens de soberania a S. Tomé e Angola em 1938, a Cabo Verde e a Moçambique em 1939, e ao Arquipélago dos Açores em 1941, constituem demonstração eloquente da lúcida compreensão, por parte do Marechal Carmona, das suas mais salientes responsabilidades de chefe de Estado.

A lembrança que ainda hoje perdura da sua presença nos mais longínquos recantos de um Império inconfundível constitui tradução fiel do seu poder de fascinação, do seu ardente espírito de patriotismo e da sua fé inquebrantável nos destinos gloriosos desta Pátria imorre-doir e estremecida. Junto do Padrão da foz do Zaire, na presença do Rei do Congo, afirmava o Marechal: "Em 1482, Diogo Cão e os seus companheiros desceram neste recanto da terra de Angola e cravaram aqui o padrão do descobrimento e posse, com armas de Portugal e a Cruz de Cristo, para que fosse, ao mesmo tempo, campo de expansão do português e da religião cristã. Desde essa hora Angola ficou incorpo-rada no império.

Com a certeza de que fala pela minha voz Portugal inteiro, o passado e o presente, os vivos e os mortos, evoca todos os obreiros da grandeza da Pátria, marinheiros, militares, missionários, fazendeiros, mercadores, e, perante Deus, e os homens declaro que Portugal seguirá pelos caminhos imortais da sua vocação apostólica de povo civilizador e proclamo, neste lugar Sagrado da Pátria, a unidade indestrutível e eterna de Portugal de Aquem e de Além-Mar".

5—O Marechal António Oscar de Fragoso Carmona, sucessiva e estrondosamente reeleito em 1935 e 1942, foi novamente aclamado em 1949 para uma magistratura de sete anos, que não completou por ter falecido em 18 de Abril de 1951, após um consulado glorioso de um quarto de século em que presidiu aos destinos da Nação.

Se a algum homem público é dado deixar este mundo com a consciência plenamente tranquila, tal será o caso do Marechal Carmona que tendo encontrado à chegada ao poder uma Pátria em ruínas, moralmente deliquesciente e materialmente desfeita, a entregou aos seus concidadãos ressurgida e consciente de si própria, económica e financeiramente robustecida, politicamente coesa, militarmente consciente da sua força e moralmente preparada para poder enfrentar, com confiança e com fé, as adversidades que no seu caminho se levantem!

Acima de tudo, numa encruzilhada da história em que os grandes impérios se desfazem como cascas de noz no baloio das águas, do Marechal Carmona pode sem contestação afirmar-se que, durante o quarto de século da sua magistratura, sempre primou em observar as leis, promover o bem geral da Nação e sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria, que transmitiu intacta, tal como territorialmente a recebera, mas mais dignificada no consenso dos portugueses e mais prestigiada e mais consciente aos olhos do mundo.

Homem de perfeito equilíbrio de faculdades, de impecável correcção de proceder, do Marechal Fragoso Carmona ponde um dia o seu grande Presidente do Conselho e indefectível colaborador de todos os momentos, afirmar:

"O Senhor Marechal Carmona exerceu com superior critério, alta distinção moral e inexcusável dedicação pelo seu País, a função de Chefe de Estado.

Espírito reorganizador por excelência, competindo-lhe tudo promover a bem geral da Nação, com ela viveu todos os momentos de felicidade e de justo orgulho nos últimos tempos: A tudo presidiu, por tudo se interessou, tudo tornou possível pelo simples facto de representar um espírito de renovação e de unidade, de se manter fiel a uma doutrina e a um pensamento de disciplina e de redenção que foram a mola propulsora da intervenção do Exército na vida pública da Nação."

SANTOS COSTA

ÉMISSION COMMÉMORATIVE DU CENTENAIRE DE LA NAISSANCE DU MARECHAL CARMONA

1—De modeste stature, sans préjudice toutefois d'une grande dignité naturelle, le Maréchal António Oscar de Fragoso Carmona fut pour ses concitoyens, et dans l'acception la plus pure de la conscience nationale, l'un des Portugais les plus notables de son temps.

Descendant par sa mère, D. Maria Inês de Melo Fragoso Corte Real, de l'illustre navigateur João Corte Real qui découvrit Terre-Neuve, il se rattache par son père, le Général Inácio Moraes Carmona, à la famille Machado Carmona qui se fit connaître dès le XVI^e siècle à Barcelos et à Guimarães au service de la Maison de Bragance. Plusieurs membres de cette noble famille Carmona se sont particulièrement distingués au cours des temps: le premier Morgado (Chevalier) de Carmona, Capitaine-Général des milices au service de D. João IV, António Machado Carmona, qui combattit avec une rare bravoure lors des campagnes de la Restauration; le Capitaine-Général des Dragons de Chaves, António Machado Carmona de Azevedo, mort au champ d'honneur le 10 juillet 1744; enfin, le grand-père du Maréchal, Leonel Machado Carmona, qui se couvrit de gloire pendant la guerre péninsulaire en participant aux batailles d'Albuera et de Victoria et à la poursuite des troupes napoléoniennes jusqu'aux Pyrénées, en 1813.

Avec un patrimoine moral aussi glorieux à défendre, il n'est pas surprenant que l'ancien élève n° 24 du Collège Militaire Royal, António Oscar de Fragoso Carmona, depuis son entrée dans le cadre des officiers de l'armée, le 28 Août 1894, comme sous-lieutenant de cavalerie, jusqu'à ce qu'il arrive au grade de Général, le 4 Mars 1922, se soit dédié totalement à une carrière qu'il savait digne, plus que toute autre, du respect et de la considération de la Nation; c'est au service de celle-ci qu'il se voua de toute son âme, appliquant à sa défense toutes ses forces et toute son énergie.

Bien qu'attaché à l'indépendance de l'Armée vis-à-vis des luttes partisans qui opposèrent entre eux les Portugais pendant un siècle, celui qui était alors le Général Oscar Carmona ne put refuser sa collaboration à un gouvernement qui constituait une tentative de réaction contre la corruption politique et contre la désagrégation et l'indiscipline, patente dès cette époque entre les militaires.

Sa désignation comme Ministre de la Guerre, le 15 Novembre 1923, fut l'occasion d'une expérience neuve concluante. Une sédition inspirée, à ce qu'il semble, par le Président de la République lui-même, et dont le Maréchal eut tôt fait, d'ailleurs, de prendre la mesure, ainsi qu'une de ces virevoltes si fréquentes alors dans la vie publique portugaise, aboutirent à la chute du gouvernement, moins d'un mois plus tard.

Toutefois, en un si court délai, le Maréchal Carmona n'en laissa pas moins de mettre en évidence des qualités de forte personnalité et d'esprit de décision dont le Pays avait perdu l'habitude. Et l'armée qui, dès cette époque, voyait surgir çà et là en son sein le rêve de la rédemption d'une Patrie dilacérée au fil des jours par ses propres enfants, ne manqua pas de relever cette circonstance, et, en vérité, jamais plus n'oublia son nom.

2—Le Maréchal Oscar Carmona ne joua pas un rôle actif dans la préparation du mouvement militaire qui, le 28 Mai 1926, soutenu par l'ensemble de la Nation, éclata dans la presque totalité des garnisons du Pays. Volontairement éloigné, on l'a vu, des luttes politiques entre clans et partis, tout en ayant conscience, comme peu d'hommes pouvaient le faire, des raisons profondes du mal dont souffrait la Patrie — dans un discours célèbre, il avait déclaré déjà solennellement que la Patrie «était malade» — il ne participa pas au complot. Il était naturel, d'ailleurs, qu'il se tienne à l'écart de conciliabules qui constituent souvent une entorse à la discipline et ne répondent pas toujours à une ligne de conduite irréprochable.

Sollicité, néanmoins, aux premières heures du mouvement, à participer à l'action, le Général Carmona qui se trouvait à l'époque en service d'inspection auprès de la garnison d'Elvas se déclara disposé à y assumer sa part de responsabilité. Il prit le commandement de la 4^e Division de l'Armée à Evora, où se trouvait son Quartier Général. Et l'on peut affirmer sans crainte que cette adhésion du Général Carmona fixa définitivement le sort du mouvement patriotique, qui trouva en lui un chef militaire prestigieux capable d'imprimer à son action l'unité désirable et de fournir le programme de gouvernement qui faisait défaut.

Désigné comme Ministre des Affaires Étrangères, puis, peu après, titulaire du Portefeuille de la Guerre, enfin Président du Ministère et intérimaire de la Présidence de la République, il s'assura de la collaboration d'une équipe remarquable de patriotes parmi lesquels se distinguent tout particulièrement, pour ne parler que des militaires, Sinel de Cordes, Passos e Sousa, João Belo, Carvalho Teixeira e Vicente de Freitas. Le Maréchal Carmona put ainsi réaliser entre 1926 et 1928, sous un régime de dictature militaire, une oeuvre administrative dominée par des préoccupations de régénération morale et politique, d'exaltation patriotique et de paix religieuse, sans équivalent dans notre Pays depuis plus d'un siècle.

La reconnaissance de la personnalité juridique de l'Eglise, qui devait servir de base au Concordat et à l'accord avec de Saint-Siège sur les Missions, en 1940; la réorganisation de l'Armée, qui permettrait plus tard les réformes militaires de 1937; le programme de financement de la Marine Marchande, développé et consolidé postérieurement par les dispositions de l'arrêté ministériel n° 100 et qui rendit possible, de nouveau, la présence du Portugal sur mer: autant de décisions qui constituent des instruments de paix à l'intérieur et de renforcement du potentiel national, suffisants par eux-mêmes pour justifier l'intervention de l'Armée dans l'Administration publique. Mais si l'on y ajoute la liquidation de la dette de guerre envers l'Angleterre, la restauration d'un réseau ferroviaire démantelé, la promulgation des chartes organiques des diverses Provinces d'Outre-Mer, le début de la lutte contre l'analphabétisme et le développement de l'instruction publique, le renforcement du pouvoir des municipalités, l'amélioration du sort des populations rurales, et enfin le dessein d'assurer au Pays une position de prestige dans le Concert des Nations par la création des Ambassades de Londres, Madrid et Rio de Janeiro, on peut se faire une idée plus exacte de la portée exceptionnelle de cette oeuvre d'assainissement administratif, de rétablissement de la moralité politique et d'expansion nationale, menée à bien en moins de deux ans dans un esprit de totale abnégation à la cause de la Patrie et qui ne peut manquer de susciter l'enthousiasme de tous les Portugais.

3—L'élection au suffrage direct du Maréchal Carmona à la Présidence de la République et son investiture au Palais des Cortes, le 15 Avril 1928, confirment l'avènement à la tête de l'Etat d'un homme ferme et d'une fine sensibilité, qui rendait déjà au Pays, au sommet de l'Administration publique, des services incomparables; elle ouvre dans la vie politique de la Nation la seconde période de la Révolution Nationale, qui va s'étendre jusqu'à l'entrée en vigueur, en 1933, de la nouvelle constitution.

C'est également en Avril 1928 qu'entre au Gouvernement, chargé du Portefeuille des Finances, le Professeur de Coïmbre Docteur António de Oliveira Salazar. Il est destiné à prendre en mains les rênes de l'administration et de la direction politique du Pays pendant quarante ans et va se révéler comme l'un des plus grands hommes d'Etat de l'histoire portugaise, et l'un des plus grands européens de son temps.

On aborde une période de régénération financière de l'Etat et de structuration juridique de la révolution à laquelle préside le Maréchal Carmona qui, de son poste élevé, l'inspire constamment.

C'est alors que non seulement se trouve restauré l'équilibre budgétaire dont les Portugais avaient perdu jusqu'au souvenir, mais que sont constituées également les réserves financières qui vont permettre de restaurer le crédit de la Nation, de rééquiper l'Armée, la Marine et l'Aviation, de jeter les fondements d'une oeuvre de rénovation économique sans exemple dans l'histoire du Pays, de faire face aux lourdes charges de la Défense Nationale pendant la période critique de la seconde guerre mondiale, à partir de laquelle les lourds nuages qui s'accumulaient depuis longtemps à l'horizon, menaçant le patrimoine d'Outre-Mer des Portugais, se font plus denses et plus inquiétants.

En même temps, on élabore pour la Nation un ensemble de règles juridiques qui aboutissent à la Constitution politique plébiscitée le 19 Mars 1933; celle-ci, mettant un terme au régime de «dictature bienveillante» établi après le mouvement militaire de Mai 1926, devait permettre aux Portugais de prospérer, de progresser et de s'affirmer dans le monde.

Effectivement, comme l'a proclamé le Président Carmona dans un appel direct au Pays, «la nouvelle Constitution a établi sans équivoque les principes d'ordre moral, social et politique qui devaient constituer le fondement de la prospérité privée et publique et fournir le terrain d'une entente loyale entre tous les Portugais de bonne volonté».

4 — Jalousement attaché à assurer de prestige du Portugal dans le concert des Nations, le Président Carmona ne cessa jamais de consacrer la plus scrupuleuse attention aux lignes directrices de la politique extérieure du Pays, que par devoir constitutionnel il lui appartenait d'ailleurs de tracer. La consolidation de la vieille et traditionnelle alliance luso-britannique, les échanges culturels et économiques avec la nation brésilienne et la création des conditions indispensables à une étroite interdépendance politique, économique et militaire avec l'Espagne constituaient pour lui une préoccupation constante.

En ce qui concerne tout particulièrement l'Espagne voisine, on rappellera sa visite officielle à la Cour de Madrid en octobre 1929, l'appui constant fourni par le Portugal à la cause nationaliste pendant la guerre de libération, et, postérieurement, les entretiens de Lisbonne et de Séville, en 1939 et 1940, qui aboutirent à la signature du Pacte Ibérique auquel le Maréchal lui-même attacha son nom. Ce furent là les solides fondements d'une politique d'amitié péninsulaire qui permit au Portugal de définir à la face du monde une position de complète liberté et d'indépendance, sans laquelle il n'aurait pas été possible au Pays d'assumer l'attitude intransigeante de défense de ses intérêts africains qui est actuellement le trait essentiel de sa politique extérieure.

On ne peut plus pénétrer, d'ailleurs, du sentiment historique de la grandeur qui est une composante fondamentale de l'âme portugaise, le Président Carmona ne négligea jamais le problème de l'unité morale d'une Nation «dans les diverses parties du monde distribuée», au sens impérial, catholique et universel.

Sa présence prestigieuse et ses propos autorisés ne firent jamais défaut, là où il s'avéra nécessaire de lever quelque doute ou de prévoir quelque menace, et ses déplacements, dans l'exercice de la souveraineté, à S. Tomé et en Angola en 1938, aux Îles du Cap-Vert et au Mozambique en 1939, à l'Archipel des Açores en 1941, constituent une éloquente démonstration de la conscience lucide qu'il avait de ses plus hautes responsabilités de chef d'Etat.

Le souvenir qui subsiste encore de nos jours de sa présence aux plus lointains confins d'un Empire sans pareil est l'expression sûre de son pouvoir de fascination, de son ardent patriotisme et de sa foi inébranlable dans les glorieuses destinées d'une Patrie immortelle et bien-aimée. Auprès de la Pierre Commémorative de l'embouchure du Zaïre, en présence du roi du Congo, il affirmait:

«En 1482, Diogo Cão et ses compagnons prirent pied sur ce morceau de la terre angolaise et plantèrent ici le symbole de la découverte et de la possession, marqué aux armes du Portugal et de la Croix du Christ, pour faire de cette terre, à la fois, une zone d'expansion de la langue portugaise et de la religion chrétienne. Dès alors, l'Angola se trouva intégré dans l'Empire. Avec la certitude de parler au nom du Portugal entier, celui du passé et celui du présent, au nom des vivants et des morts, j'évoque ici tous les artisans de la grandeur de la Patrie, marins, soldats, missionnaires, agriculteurs, négociants, et devant Dieu et devant les hommes, je déclare que le Portugal continuera sur les chemins immortels de sa vocation apostolique de peuple civilisateur, je proclame, en ce lieu sacré de la Patrie, l'unité indestructible et éternelle du Portugal d'endeçà et d'au-delà des Mers.»

5 — Réélu successivement et de façon retentissante en 1935 et en 1942, le Maréchal António Oscar de Fragoso Carmona fut proclamé de nouveau en 1949 pour une nouvelle magistrature de sept ans; il ne put la mener à son terme, du fait de son décès le 18 avril 1951, après un glorieux consulat d'un quart de siècle à la tête des destinées de la Nation.

S'il peut être donné à un homme public de quitter ce monde la conscience tout à fait tranquille, c'est bien le cas du Maréchal António Oscar de Fragoso Carmona qui, ayant trouvé à son arrivée au pouvoir une patrie en ruines, moralement déliquescence et matériellement épuisée, la laissa à ses concitoyens ressuscitée et consciente d'elle-même, ayant repris ses forces sur le plan économique et financier, politiquement unie, sûre de ses moyens au point de vue militaire, et préparée, moralement, à faire face avec foi et confiance aux adversités qui se dressaient sur son chemin.

Par-dessus tout, à une époque de l'histoire de l'humanité où les grands empires se défont comme des coquilles de noix dans l'agitation des eaux, ou peut affirmer sans conteste du Maréchal Carmona que, durant le quart de siècle de sa magistrature, il s'est constamment attaché à l'observance des lois, au développement du bien-être de la Nation, au maintien et à la défense de l'intégrité et de l'indépendance de la Patrie, qu'il transmit intacte, territorialement, comme il l'avait reçue, mais revêtue de plus de dignité dans l'esprit des Portugais et de plus de prestige aux yeux du monde.

Du Maréchal Fragoso Carmona, homme doué d'un parfait équilibre et d'une correction impeccable dans toutes ses actions, son prestigieux Président du Conseil, indéfectible collaborateur de tous les instants, a pu dire un jour:

«Monsieur le Maréchal Carmona a exercé la fonction de Chef de l'Etat avec une conscience supérieure, une haute distinction morale et un dévouement insurpassable à son Pays.

Esprit organisateur par excellence, auquel il appartenait de veiller au bien-être général de la Nation, il a connu avec elle tous les moments de bonheur et de juste orgueil de ces derniers temps: il a présidé à tout, s'est intéressé à tout, a tout rendu possible du simple fait qu'il représentait un esprit de rénovation et d'unité, du simple fait qu'il restait fidèle à une doctrine et à des principes de discipline et de rédemption qui furent le ressort de l'intervention de l'Armée dans la vie publique de la Nation.»

SANTOS COSTA

COMMEMORATIVE ISSUE FOR THE CENTENARY OF THE BIRTH OF MARSHAL CARMONA

1 — Marshal Antonio Oscar de Fragoso Carmona possessed a natural dignity, rooted in a simplicity of spirit which made him, in the eyes of his countrymen, one of the most distinguished figures in the life of contemporaneous Portugal.

He was descended, on his mother's side (Dona Maria Inês de Melo Fragoso Corte Real), from the great navigator João Corte Real, discoverer of Newfoundland, and on his father's side (General Inácio Morais Carmona) from the Machado Carmona family which, since the XV Century, had been notable in Barcelos and Guimarães for their services to the house of Bragança.

Over the centuries, the noble Carmona family distinguished itself through the first Heir of Carmona, High Captain of Militia to King João V; Antonio Machado Carmona, who fought with rare gallantry in the Restoration Campaigns; the High Captain of the Chaves Dragoons, Antonio Machado Carmona de Azevedo, killed in action on 10 July 1744, who was the Marshal's grandfather; the Brigadier of Cavalry Leonel Machado Carmona, third Lord of the House of Isey, who covered himself in glory during the Peninsular wars, taking part in the battles of Albuera and Victoria and in the pursuit of Napoleon's troops into the Pyrenees in 1813.

With such family traditions to uphold, it was not surprising that ex-Cadet No 24 of the Royal Military College, Antonio Oscar de Fragoso Carmona, from his appointment as a Cavalry Subaltern on 28 August 1894 until his promotion to General on 4 March 1922, should entirely dedicate himself to his career in the Army, which moreover he knew to merit the appreciation and respect of the citizenry.

General Oscar Carmona had always believed that the Army should not be involved in questions of party politics which, for a century had divided the country against itself. But he was unable to refuse his collaboration to a Government which was formed to end political corruption and alienation and indiscipline in the military ranks.

He was nominated Minister of War on 15 November 1923 but his mandate, for reasons outside his control, was not a success: revolutionary sedition, apparently inspired by the President of the Republic, even though quickly suppressed, allied with one of those Parliamentary coups which were so frequent at that time, brought down the Government less than a month after its appointment. But even in this short period, General Carmona had demonstrated his strength of personality and decisive spirit, both virtues to which the country had become unaccustomed. The Army, which was becoming anxious about the future of the Nation, did not fail to notice his ability and recorded it for future reference.

2 — Marshal Carmona did not actively participate in the military movement which on 28 May 1926, with the approval of the whole country, erupted in almost every military garrison in Portugal. As we have noted, he had refrained from involving himself in political intrigue, although he was not unaware of the profound reasons for the Nation's afflictions; in a famous speech, he had declared: «the Nation is ill». His colleagues, however, probably wanted to keep him away from politics, out of affection and respect for him and in order not to compromise military discipline.

The General on that fateful day, was inspecting the military garrison of Évora and he was invited to join the new Movement by some much respected colleagues, to which he immediately agreed, resolving to accept his full share of responsibility by taking command of the Fourth Army Division in Évora, where his Headquarters were situated. It may be said that General Carmona's adhesion sealed the fate of the Movement, which found in him a prestigious military leader who could coordinate its actions and give it the experience of government which it lacked.

He was appointed Minister of Foreign Affairs and soon after, Minister of War, President of the Council of Ministers and interim President of the Republic. To mention only the military figures, he had the collaboration of Sinel de Cordes, Passos e Sousa, João Belo, Carvalho Teixeira and Vicente de Freitas. The military regime, under General Carmona managed, between 1926 and 1928, to renovate moral and political life, reorganize the Administration and, by appealing to the Nation's patriotism, brought it a stable peace which it had not known for more than a century.

The recognition of the legal status of the Church, on which was based the Concordat with the Holy See in 1940; the reorganization of the Army, which was the basis for the reforms of 1937; the financing of the Merchant Navy — amplified and strengthened later by the dispositions of Dispatch No 100 — which made possible Portugal's return to maritime trade: these reforms alone would have been ample justification for the intervention of the Army in public affairs. But, if we add the institution of a regime for the tobacco industry; the liquidation of the War Debt to Britain; the rebuilding of the road network; the promulgation of administrative charts for the overseas provinces; the initiation of the fight against illiteracy and the fomenting of public education; the strengthening of the powers of municipalities; the amelioration of the standard of living of rural populations; and the taking of the first step in re-establishing Portugal's international prestige by appointing Ambassadors to London, Madrid and Rio de Janeiro, a clearer picture emerges of the wide-reaching work of administrative renewal, political regeneration and national growth which was achieved in less than two years.

3 — The election by direct suffrage of Marshal Carmona to the Presidency of the Republic and his investiture in the Palácio das Cortes on 15 April 1928, confirmed as Head of State a man of firm personality but fine sensibilities who had already served the country incomparably well. It also marked the opening of the second period of the National Revolution which lasted until the promulgation of the new Constitution in 1933.

The appointment as Minister of Finance of the Professor from Coimbra University, Dr. Antonio de Oliveira Salazar also dates from April 1933. Dr. Salazar was destined to be the country's administrative and political leader for forty years and to become one of the great statesmen in Portugal's history as well as a distinguished man in the Europe of his time.

This was an era of financial regeneration of the State and of juridical structuration of the Revolution, over which the Marshal presided from his high office.

During this period, the budget was balanced and financial reserves were accumulated in order to restore the Nation's credit and re-equip the Army, Navy and Air Force; the foundations were laid for a national development plan on a scale previously unknown; and the heavy charges for defence during the critical phase of the Second World War were borne, in order to safeguard Portuguese overseas territories from the ever increasing menaces with which they were faced.

At the same time, the Nation was given a new juridical structure culminating in the plebiscite which approved the new Constitution on 19 March 1933. This terminated the "benevolent dictatorship" established by the military movement of May 1926 and paved the way for the country's progress, prosperity and international respect.

As Marshal Carmona himself declared in addressing the country, "the new Constitution established moral, social and political principles which constituted the basis for private and public prosperity and formed common ground for understanding between all Portuguese of good will".

4—In order to protect Portugal's international prestige, President Carmona zealously carried out his duty under the Constitution of closely attending to developments in foreign policy. The strengthening of the traditional Anglo-Portuguese Alliance, economical and cultural interchange with Brasil and the creating of a favourable climate for political, economical and military relations with Spain were, for him, a source of constant preoccupation.

With regard to relations with neighbouring Spain, his official visit to the Corte of Madrid in October 1929; the support given to the Nationalist cause during the Civil War and the conferences of Lisbon and Seville in 1939 and 1940, which culminated in the Iberian Pact and which the Marshal himself signed, were the foundations of a policy of peninsular friendship which helped Portugal to proclaim, before the world, its position of independence and freedom, without which it would not have been possible for the country to prosecute its uncompromising defence of its African territories. Indeed, Marshal Carmona so closely identified himself with the feeling of greatness of his countrymen that he never omitted guarding the moral unity of a nation "distributed in divers parts of the world".

His presence was always felt wherever there were problems to be solved or dangers foreseen and his missions of suzerainty to the Island of S. Tomé and to Angola in 1938, to the Cape Verde Islands and Mozambique in 1939 and to the Azores Archipelago in 1941 are good examples of the Marshal's clear apprehension of his great responsibilities.

The memory of his visits to these far away places of the Empire, which are still vividly in the minds of many inhabitants, give an indication of his personal fascination, obvious patriotism and faith in the future of the Nation.

In the presence of the King of the Congo near the commemorative cross at the mouth of the River Zaire, he affirmed: "In 1482, Diogo Cão and his companions landed in this corner of Angola and implanted the cross denoting its discovery and appropriation. The monument bears the Arms of Portugal and the Holy Cross to symbolize the expansion of Portugal and of Christianity. On that day, Angola became a part of the Empire. In the certainty that I speak for the whole of Portugal, past and present, I evoke the memory of those who have worked for the greatness of the Nation, sailors soldiers, missionaries, farmers and merchants and, before God and Man, I declare that Portugal shall follow the immortal path of its apostolic mission to propagate civilization and proclaim, on this spot which is sacred to the Nation, the indestructible unity of Metropolitan and Overseas Portugal".

5—Marshal Antonio Oscar de Fragozo Carmona was enthusiastically reelected in 1935, 1942 and 1949 but he did not complete his last mandate, since he died on 18 April 1951, after 25 glorious years in the Presidency.

If any man of public affairs ever left this world with a clear conscience, such must be the case of Marshal Carmona who, having found the country in a ruinous state, morally and materially, left it rejuvenated, economically and financially strengthened, politically unified, militarily strong and ready to face any adversity.

Above all, during an era when the great empires were being dismantled, Marshal Carmona during his long mandate zealously guarded the Law, promoted the best interests of the country and upheld the integrity and independence of the Nation which he passed on, in terms of territory, inviolate and exalted in the eyes of the Portuguese and reputed in the eyes of the world.

His great Prime Minister and constant collaborator said of this man of balanced talents and impeccable conduct, "Marshal Carmona carried out his function as Head of State with excellent judgement, great distinction and unequalled dedication to his country. His reforming spirit as promoter of the Nation's well-being was responsible for the happiness and natural pride which he shared with his fellow-citizens: he presided over all our actions, he took an interest in every event and made everything possible by his spirit of regeneration, regard for unity, by faith in a doctrine of discipline and renewal. This was the mainspring in the successful intervention of the Army in the public life of the Nation".

SANTOS COSTA

O selo foi composto nos Serviços Artísticos dos CTT com base no busto da estátua do escultor Leopoldo de Almeida, estão aqui reproduzidos nas suas cores reais, na escala de 1,5:1.

Tem as dimensões de 35,6×41,5mm compreendendo o serrilha, com o denteado de 12,5.

Os carimbos e o desenho do sobrescrito estão reproduzidos na escala de 1:1.

Os trabalhos de impressão foram executados na Casa da Moeda fazendo-se, pela primeira vez, a associação dos dois processos de talhe-doce (o busto) e de off-set (os fundos), em máquinas separadas.

O plano de emissão é o seguinte:

1\$00	tiragem de	9.000.000	em folhas de	50	selos
2\$50	"	1.500.000	"	"	"
7\$00	"	500.000	"	"	"

Foi marcada a data de 1 de Julho de 1970 para o 1.º dia de circulação da nova emissão.

Os pedidos para a aposição do carimbo especial e a venda dos sobrescritos alusivos ao acontecimento filatélico, ao preço de 1\$50, devem ser endereçados até ao dia da emissão aos Serviços de Informações e Reclamações — R. de S. José, 20, Lisboa-2 — à Estação do Correio da Batalha, Porto, à Estação do Correio de Coimbra, à Estação do Correio do Funchal (Madeira).

Ce timbre a été composé par les Services Artistiques des P.T.T. à partir du buste sculpté par Leopoldo de Almeida.

Il est reproduit ici en couleurs réelles, à l'échelle 1,5:1.

Ses dimensions sont de 35,6×41,5mm, non comprise la crénelure, qui comprend 12,5 dents.

Les cachets et le dessin de l'enveloppe sont reproduits à l'échelle de 1:1.

Les travaux d'impression ont été exécutés à la Maison de la Monnaie; on y a appliqué, pour la première fois, une combinaison des deux procédés de taille douce (pour le buste) et d'off-set (pour les fonds), sur des machines différentes.

Le programme d'émission est le suivant:

1\$00	— tirage de	9.000.000	exemplaires en	feuilles de	50	timbres.
2\$50	—	"	1.500.000	"	"	"
7\$00	—	"	500.000	"	"	"

La mise en circulation de cette nouvelle émission a été fixée au 1 Juillet 1970.

Les commandes en vue de l'apposition d'un cachet spécial et de l'acquisition des enveloppes se rapportant à cette manifestation philatélique, au prix de 1\$50, doivent être adressées jusqu'au jour de l'émission aux services d'Informations et de Réclamations — rue de S. José, 20, Lisbonne 2 —, au Bureau de Poste de Batalha à Porto, au Bureau de Poste de Coimbra et au Bureau de Poste de Funchal (Madère).

(Traduit par «O Centro de Traduções»)

The stamp was designed by the Arts Department of the Portuguese Administration of Post, Telegraph and Telephones, and was based on the bust of the statue by the Portuguese sculptor Leopoldo de Almeida. It was reproduced in its original colours to the scale of 1 1/2 to 1.

The dimensions are 35,6×41,5mm, including the margin, with a serrated edge of 12,5.

The postmarks are reproduced to the scale of 1=1.

The printing was carried out at the Casa da Moeda (Portuguese Mint), using for the first time two processes of reproduction: engraving (the bust) and off-set (the background), on separate machines.

The issue is planned as follows:

1 escudo	—	9,000,000	in sheets of	50	stamps.
2 escudos, fifty centavos	—	1,500,000	in sheets of	50	stamps.
7 escudos	—	500,000	in sheets of	50	stamps.

The first day of issue is 1 July 1970.

Requests for special postmarks and sale of envelopes for this issue, at Esc. 1\$50 each, should be addressed up to the first day of issue to: Serviços de Informações e Reclamações, Rua de S. José, 20, Lisboa 2; to the Estação do Correio da Batalha, Oporto; to the Estação do Correio de Coimbra and to the Estação do Correio, Funchal (Madeira).

Trans. V. Forman